

**NOTA TÉCNICA
REFORMA DO ESTADO - PACOTE DE ALTERAÇÕES NAS CARREIRAS DOS
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS**

DO CONTEXTO:

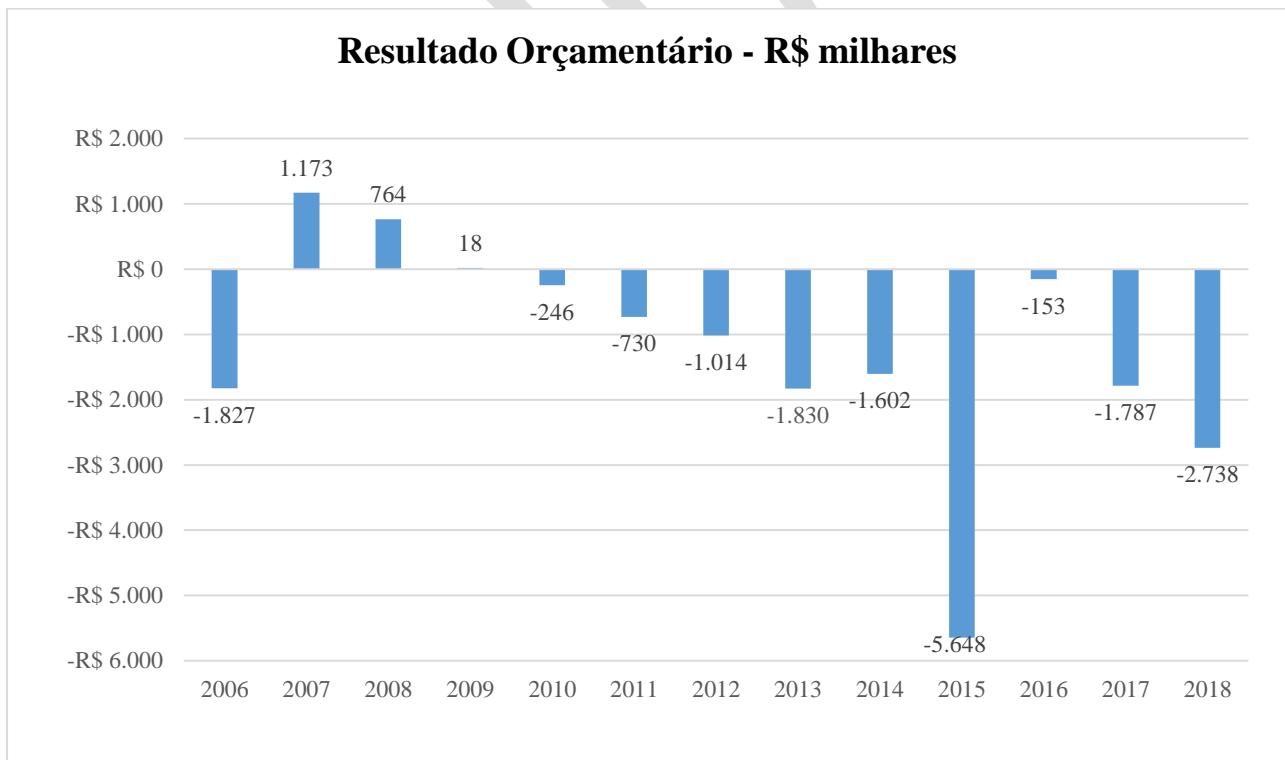
A crise fiscal que atravessa o Rio Grande do Sul é um problema estrutural e decorre de diversos fatores. Independentemente de situações conjunturais, o Estado não consegue fazer frente às suas despesas, que continuam crescendo ano após ano.

Ao longo dos últimos 13, o governo gaúcho obteve resultado orçamentário positivo somente em 3 anos, o que significa que gastamos mais do que arrecadamos recorrentemente. Em 2019, o Piratini projeta um déficit de R\$ 4,4 bilhões nas contas públicas, podendo chegar a R\$ 5,2 bilhões em 2020.

Além de sofrer os efeitos de um grave desequilíbrio fiscal, o Rio Grande do Sul ainda enfrenta as consequências pelo seu alto endividamento e baixo crescimento econômico.

Nesse contexto, o governador Eduardo Leite anunciou que enviaria para a Assembleia Legislativa um profundo projeto de alteração na estrutura das carreiras dos servidores públicos, além de mudanças na previdência estadual.

Gráfico 1: Resultado Orçamentário Rio Grande do Sul - 2006 a 2018



Fonte: SEFAZ RS

DOS CAMINHOS PARA ENFRENTAR A CRISE

Existem três caminhos possíveis para fazer frente a situações gerais de desequilíbrio orçamentário:

1) Contratação de empréstimos:

- a. Esse mecanismo poderia auxiliar o Estado a cobrir o déficit fiscal, ainda que por um período limitado, visto que se trata de uma receita extraordinária. Esta alternativa, no entanto, **já não é mais possível** de ser adotada em razão do **alto nível de endividamento** do Estado: *a nossa dívida é maior do que o dobro da nossa receita anual.*

2) Aumento de receitas:

- a. Recursos extraordinários, seja da venda de ativos ou de outras fontes representam uma solução temporária, mas não são suficientes para cobrir despesas por muito tempo. Privatizações ajudam a aliviar o fluxo de caixa e são importantes também por outro fatores, mas isoladamente não são a solução.
- b. Um novo **aumento de impostos seria perverso para os gaúchos**, pois desestimula a atividade econômica e inibe investimentos, prejudicando toda a população. Reajustar a carga tributária isoladamente é uma medida paliativa e não resolve o desequilíbrio fiscal, já que as despesas continuam crescendo. *Cabe salientar que o Rio Grande do Sul já possui, em caráter temporário, alíquotas majoradas para determinados setores.*

3) Corte nas despesas

- a. Diante do atual cenário, o corte nas despesas do Estado torna-se a **única saída possível**. Além disso, esta medida representa um custo menor para o conjunto da sociedade, estrangulada pela alta carga tributária. *Estudos acadêmicos ratificam a tese de que ajustar as despesas é mais efetivo do que majorar os impostos.*

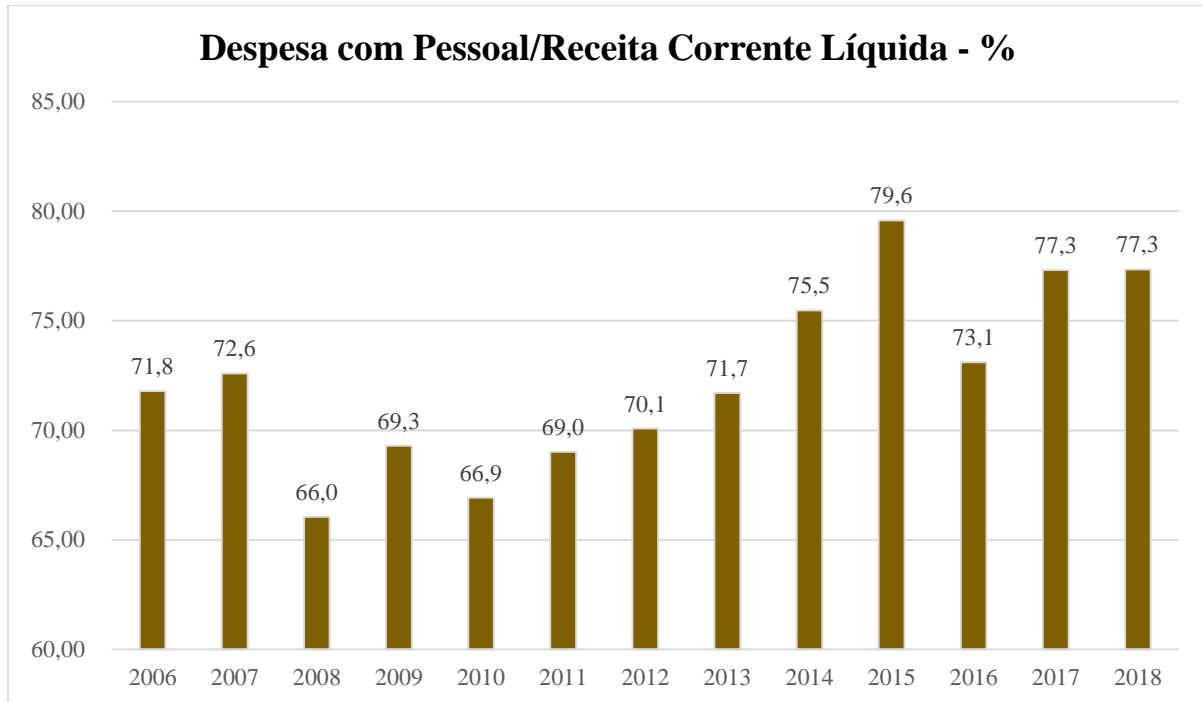
DO DIAGNÓSTICO DA CRISE ESTADUAL

Considerando que a única saída para o grave desequilíbrio das contas públicas é o corte de despesas, deve-se analisar o seguinte cenário:

1) Gasto com pessoal:

- a. O principal item da despesa do Estado é o gasto com pessoal: **quase 80% da receita é consumida pela folha de pagamento**. Além de representar a maior fatia, também *é a despesa que mais cresce ao longo do tempo*, muitas vezes em velocidade superior a receita do estado.
- b. Em síntese: *a cada R\$ 100,00 de receita, R\$ 77,00 são gastos com pessoal*, sobrando **cada vez menos recursos para investimentos** em estradas, equipamentos para a segurança pública, hospitais, e escolas.

Gráfico 2: Despesas com Pessoal/Receita Corrente Líquida - %



Fonte: SEFAZ RS

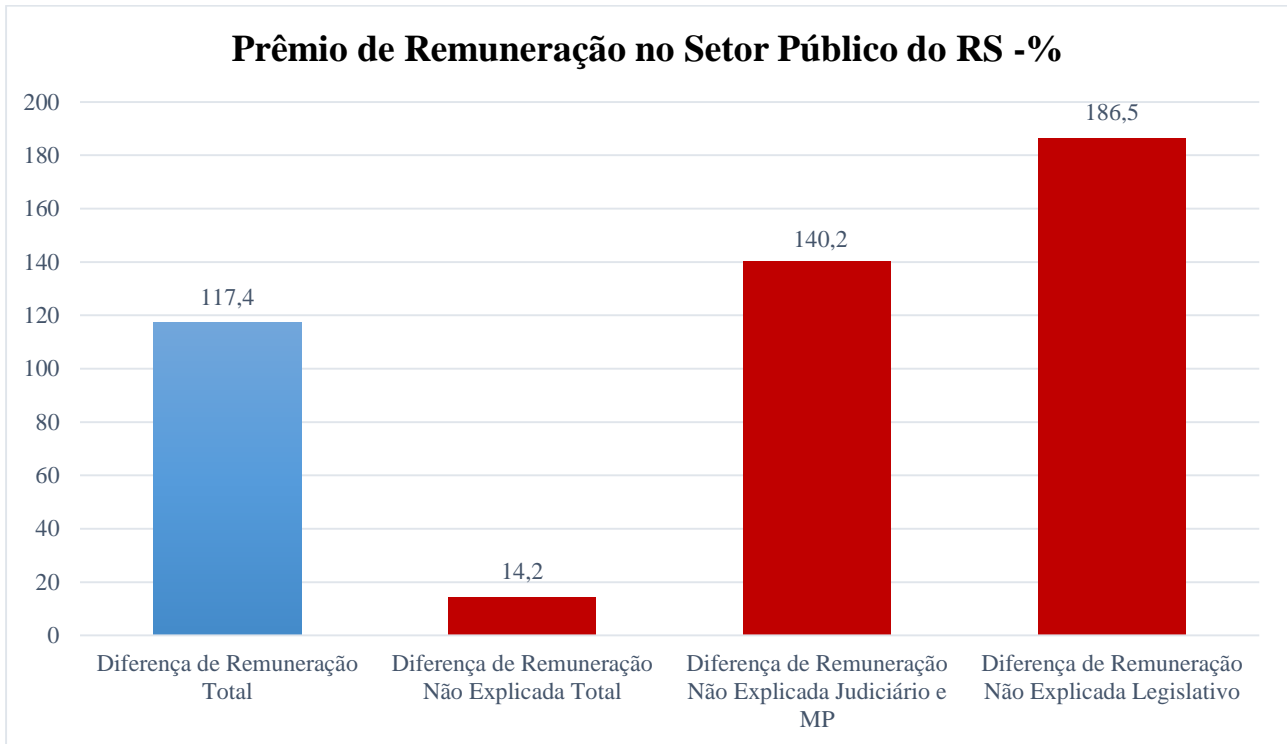
- c. Além de alto, o gasto com pessoal é **ineficiente**: *poucos servidores consomem grande parte da folha de pagamento.*

9% dos servidores

37% da folha de pagamento

- d. O Governo do Estado é obrigado a conceder **aumentos salariais automáticos com o passar do tempo**, independente de mérito, avaliação de desempenho ou conjuntura econômica. (*pensar/aprimorar*).
- e. Além disso, existe uma grande diferença de salários entre os servidores públicos estaduais e os trabalhadores da iniciativa privada. Parte dessa discrepância não é explicável através de modelos avançados de análise estatística que levam em consideração diversas características individuais dos trabalhadores. Os economistas convencionaram chamar essa diferença não explicada de **prêmio salarial**. Em síntese, prêmio salarial é a diferença de salário entre trabalhadores com características similares. É como se dois trabalhadores idênticos recebessem salários diferentes, sendo o maior deles no setor público. Essa diferença não deveria existir, considerando que no setor público os trabalhadores contam ainda com estabilidade – não são demitidos sob praticamente nenhuma hipótese – e regras de aposentadoria mais vantajosas. Essa diferença, associada à percepção geral de má qualidade do serviço público, gera desconfiança da sociedade.

Gráfico 3: Prêmio Salarial no Setor Público

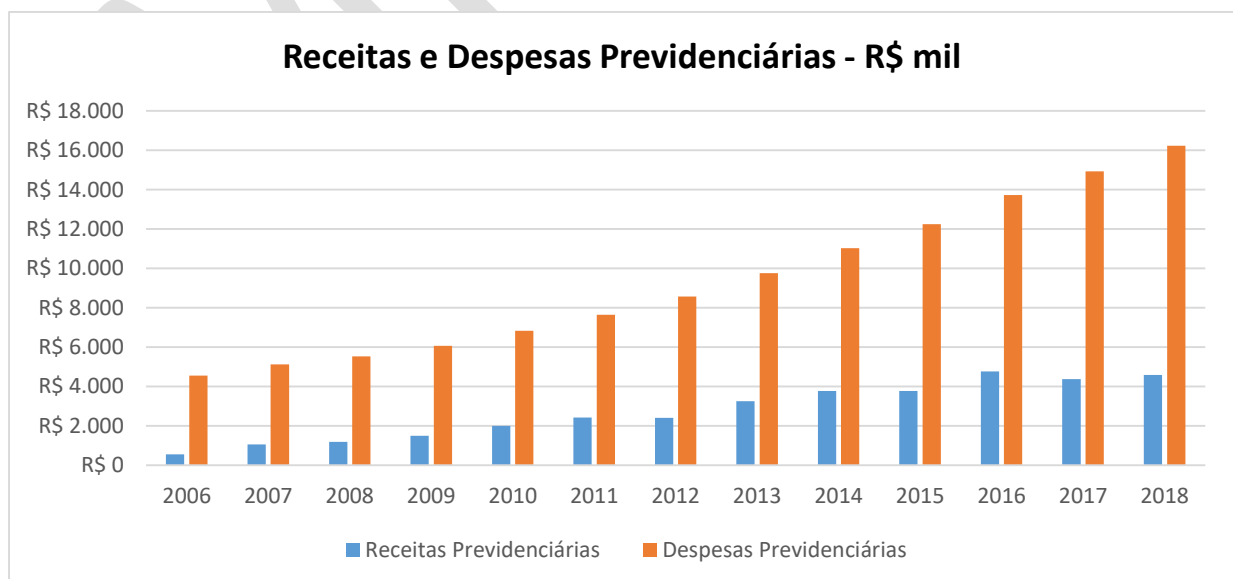


Fonte: Elaboração Própria com dados da RAIS/MTE

2) Previdência estadual:

- a. O sistema previdenciário gaúcho – em reflexo ao brasileiro – foi estruturado de forma que **as contribuições previdenciárias** dos servidores públicos estaduais, somadas as contribuições patronais do governo, **não são suficientes para cobrir o gasto as aposentadorias** – gerando um déficit.

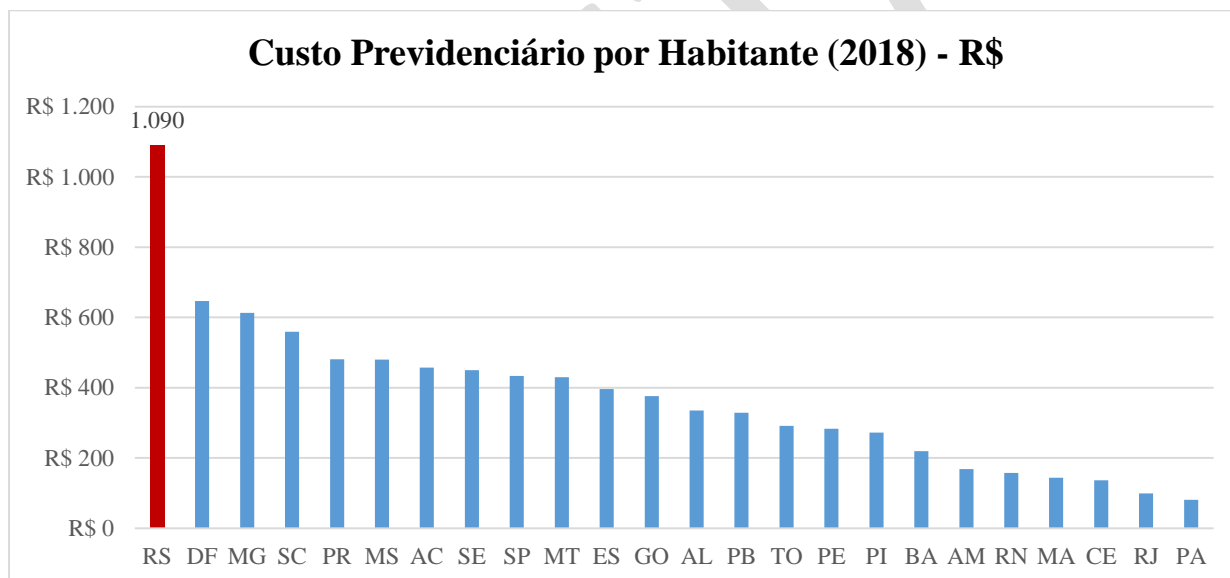
Gráfico 4: Receitas e Despesas Previdenciárias



Fonte: Secretaria da Previdência

- b. O governo estadual arrecada R\$ 6 bilhões por ano em contribuições previdenciárias, mas **gasta três vezes mais (R\$ 18 bilhões) para manter aposentados e pensionistas**. O déficit anual de R\$ 12 bilhões faz com que *a previdência gaúcha seja, hoje, a maior despesa do Estado*.
- c. *Salários acima do teto da previdência, aposentadorias precoces, menos tempo de contribuição e regras antigas que permitiram a aposentadoria de servidores sem ter contribuído, culminaram em um Estado com alto gasto com inativos e pensionistas*.
- d. Hoje, **a maior parte da despesa com pessoal destina-se aos aposentados (60%)**. Atualmente, para cada 10 servidores na ativa, o Rio Grande do Sul sustenta 16 aposentados, que não estão mais prestando serviço público ao cidadão.
- e. Para efeito de comparação: somente o déficit da previdência consome anualmente R\$ 1.090,00 dos impostos de cada cidadão gaúcho, proporcionalmente muito maior do que de outros estados. *Podemos dizer que cada um de nós paga um boleto mensal de R\$ 90,00 para cobrir esse rombo*.

Gráfico 5: Custo Previdenciário por Habitante no Brasil - 2018



Fonte: Secretaria da Previdência e IBGE

DA REFORMA PROPOSTA

Diante disso, podemos concluir que qualquer reforma que se proponha a mudar a estrutura de gastos do governo estadual deva, necessariamente, reduzir o crescimento da despesa com pessoal.

Quais são, então, os principais tópicos da reforma e como atacar os problemas que foram colocados?

No total, são **130 propostas** entre alterações constitucionais e mudanças nas carreiras dos servidores civis, do magistério e militares, que constituem o principal núcleo das medidas: **(Ainda explicar melhor ponto a ponto)**

- Fim dos avanços salariais temporais e adicionais por tempo de serviço;
- Fim das incorporações de funções gratificadas;
- Progressividade das alíquotas previdenciárias (quem ganha mais irá pagar mais);
- Aumento da base de contribuição com progressividade para inativos e pensionistas.

DA NOSSA POSIÇÃO

A Bancada do Partido NOVO **apoiava integralmente** o pacote proposto pelo governador Eduardo Leite e defenderá com afinco as mudanças apresentadas.

Consideramos que a **reforma é necessária, corajosa e justa**, pois abrange todos os servidores do estado, das carreiras mais simples a mais altas.

- A reforma é **necessária**, pois o quadro fiscal é grave e irreversível – caso as despesas continuem em trajetória crescente.
- A reforma é **corajosa**, pois implicará em alterações profundas nos benefícios, privilégios e vantagens de servidores públicos, que constituem massa organizada de pressão.
- A reforma é **justa**, pois não poupa nenhuma categoria, corrige distorções históricas e não repassa a conta da crise para a cidadão gaúcho.

DO DISCURSO e NARRATIVA

O debate sobre a reforma da carreira dos servidores e da previdência estadual exigirá uma **abordagem que transcende o viés ideológico liberal**, uma vez que mexe com a vida de milhares de pessoas. É preciso falar sobre a nossa visão de Estado, com a **responsabilidade** de quem está alterando o curso da vida dessas pessoas.

Para que a nossa posição se sobressaia, recomenda-se elevar o tom das nossas manifestações, adotar uma **retórica enérgica e transmitir que temos confiança** sobre aquilo que estamos dizendo. Isso nos demandará um pleno domínio do contexto da crise fiscal e dos números explorados neste documento.

Será fundamental a construção de uma **narrativa lógica e didática**, contextualizando a origem da crise e explicando como e por que o Estado chegou nesta situação. Comparar com outros Estados e utilizar números para ilustrar as ponderações é essencial. Ressalva-se que empilhar estatísticas em sequência pode ser ruim para a compreensão do raciocínio. **Os números precisam fazer sentido.**

Instigar os oponentes a responder o que é melhor (cortar despesas ou aumentar impostos) pode ser uma boa oportunidade para o cidadão comum entender a necessidade de fazer escolhas e as reais consequências do atual problema que enfrentamos. Também será válida a comparação com a situação de uma família endividada, que precisa cortar gastos para se adequar ao orçamento.

A bancada do Novo classificou a reforma com três adjetivos: **necessária, corajosa e justa**. Pontuar cada uma dessas razões e explicá-las com clareza e tranquilidade tornará **mais fácil a compreensão das nossas intenções e dos nossos princípios**, diante da proposta.

O que não falar:

- **Que a reforma é a boa:** a qualificação da reforma como “boa” ou “positiva” pode soar um tom de satisfação da nossa parte e passar uma imagem errada. Há um conotação de sacrifício na reforma que não pode ser ignorado.
- **Que apoiamos, mas poderia ser melhor:** a utilização da conjunção “mas” acaba expressando a ideia de contraste, como se a reforma ou não fosse suficiente (e é) ou como se não atacasse a todos (e ataca), além de passar uma ideia de descomprometimento, que pode ser utilizada contra nós.
- **Que é uma reforma para acabar com privilégios:** a palavra privilégio deve ser usada com cautela, pois enseja uma “pessoalização” e uma explicação. Recomenda-se utilizá-la dentro de um contexto, explicando quais são os privilégios e por que eles devem ser extintos. Chamar todo o pacote ou todas as medidas de combate a privilégios empobrece e desumaniza o debate.

Atenção:

- Acredita-se que, no decorrer das discussões, surgirão ponderações contrárias à reforma, inclusive com **argumentos míticos**. Como alternativas para superar a crise sem reformar a carreira dos servidores e a previdência estadual, nossos oponentes possivelmente mencionarão medidas como combate à sonegação fiscal, cobrança da dívida ativa do Estado, redução de incentivos fiscais e ressarcimento da Lei Kandir. Também não podemos descartar que surjam temas como taxaço de grandes fortunas e tributação sobre lucros e dividendos. Seremos confrontados com essas ideias e precisamos estar prontos para rebatê-las.

- **Boa parte da sociedade** ainda acredita que a demissão de todos os CC's do Estado e a redução do número ou do salário de deputados seriam alternativas eficazes para superar a crise. Em determinadas situações, caberá lembrar algumas das iniciativas que a Assembleia Legislativa e, em especial, a Bancada do Novo já promoveram neste sentido, como a abolição da aposentadoria especial, o fim do auxílio mudança, a economia da verba de gabinete e o corte de privilégios em geral.